

## Nova legislatura: reforma política e pacto contra miséria

Na abertura do ano legislativo, Dilma Rousseff pede apoio do Congresso Nacional para erradicar a miséria, sua principal meta de governo. José Sarney reafirma luta pela reforma política e prega o fim do voto proporcional



Waldemir Borreto/Senado Federal

À mesa, deputado Inocêncio Oliveira (à esq., sentado), Eduardo Gomes, Ricardo Lewandowski, Marco Maia, Dilma Rousseff cumprimentando José Sarney, Cezar Peluso e Rose de Freitas em sessão do Congresso

**P**arceria contra a miséria e reforma político-eleitoral foram os temas que dominaram ontem os discursos na sessão solene de abertura da 54ª legislatura. A presidente da República, Dilma Rousseff, leu pessoalmente sua mensagem ao Con-

gresso Nacional, anunciou suas prioridades administrativas e convidou a classe política a se juntar ao governo no esforço para resgatar os brasileiros que ainda vivem abaixo da linha da pobreza. Por sua vez, o presidente do Congresso, senador José Sarney,

pregou a necessidade de mudanças nas regras eleitorais e criticou duramente o voto proporcional, segundo ele “responsável pela desintegração dos partidos” e impeditivo para “a formação de homens públicos, programas e ideias”. **4 e 5**

### Sessão para eleição de suplentes da Mesa deve ocorrer às 14h30 **2**

#### Indicação de Fux para o STF pode ser analisada na próxima 4ª pela CCJ

Mensagem presidencial com a indicação deverá ser lida hoje em Plenário. Atual ministro do STJ, Luiz Fux presidiu a comissão de juristas que elaborou o anteprojeto de novo CPC. **3**

#### Parlamentares pedem urgência na aprovação de uma reforma política

Voto distrital, financiamento público das campanhas, redução no número de partidos e realização de mais referendos e plebiscitos estão entre as medidas defendidas pelos senadores. **6**

#### Esforço para alertar brasileiros contra chaga do trabalho escravo

Termina hoje a Segunda Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, com debates a partir das 9h30, no Senado. Novas medidas punitivas contra empregadores estão em estudo. **7**

#### Senadores prometem focar mandatos na defesa da Amazônia

Mozarildo Cavalcanti, que tem mais quatro anos de mandato, e Ivo Cassol, eleito no ano passado, acreditam que os estados da Amazônia precisam de maior atenção do governo federal. **2**

Márcio Kolumbe/Senado Federal



Ivo Cassol, ex-governador de Rondônia, quer Plano Nacional de Desenvolvimento da Amazônia

Mozarildo acredita que governo federal trata estados do Norte com descaso



Gerardo Magalhães/Senado Federal

## Foco é o desenvolvimento da região amazônica

Os senadores Mozarildo Cavalcanti e Ivo Cassol afirmam que irão se dedicar à criação de condições de a Amazônia gerar emprego e renda para sua população

OS SENADORES MOZARILDO Cavalcanti (PTB-RR) e Ivo Cassol (PP-RO) declararam ontem que irão priorizar projetos que busquem o desenvolvimento da região amazônica.

Mozarildo, que foi presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, órgão que integra a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), considera que o Norte é objeto de descaso no que diz respeito a políticas públicas.

– Estamos com trabalhos adiantados sobre o diagnóstico

da região, que está sendo realizado pelos próprios moradores e órgãos de inteligência, como as universidades e os institutos de pesquisa, para criar um plano nacional de desenvolvimento da Amazônia – informou.

Mozarildo ressaltou ainda que a região possui mais de 11 mil quilômetros de fronteiras, abriga mais de 25 milhões de moradores, representa cerca de 60% do território nacional e não possui políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento.

Para Ivo Cassol, ex-governador

do estado de Rondônia, a região sofre com a escassez de incentivos fiscais por parte do governo federal.

– A reforma tributária é essencial para os estados, ao mesmo tempo em que devem ser criados alguns mecanismos de compensação fiscal para as empresas que se instalam nos estados amazônicos. Essa medida pode originar incentivos que sejam viáveis para o surgimento de empreendimentos que aumentem a geração de emprego e renda para a região – assinalou.

## Marco Maia tem pressa com Código Florestal

O presidente da Câmara dos Deputados para o biênio 2011-2013 foi eleito com folga: o deputado Marco Maia (PT-RS), que já estava à frente da Casa desde a renúncia de Michel Temer, no ano passado, foi confirmado para o cargo com 375 votos. Os três outros candidatos tiveram, juntos, 131 votos.

A candidatura de Marco Maia foi apoiada por 21 dos 22 partidos da Casa e obedeceu ao princípio da proporcionalidade das bancadas, previsto no Regimento Interno – o PT é o maior partido da Câmara, com 88 representantes.

Na eleição, ocorrida na terça-feira, também foram escolhidos os demais integrantes da Mesa da Câmara. A 1ª vice-presidente é Rose de Freitas (PMDB-ES) e,

o 2º vice, Eduardo da Fonte (PP-PE). Para as secretarias, foram eleitos, pela ordem, Eduardo Gomes (PSDB-TO), Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), Inocêncio Oliveira (PR-PE) e Júlio Delgado (PSB-MG). Cada secretário tem atribuições específicas, como administrar o pessoal da Câmara (1º secretário), providenciar passaportes diplomáticos para os deputados (2º), controlar o fornecimento de passagens aéreas (3º) e administrar os imóveis funcionais (4º).

### Consenso

Logo após ser confirmado no cargo, Marco Maia adiantou que será necessário grande empenho para construir um consenso em torno das reformas política e tributária. Ele também previu que ainda

neste mês o texto do novo Código Florestal deverá ser discutido pelo Plenário. Segundo a Agência Câmara, Marco Maia disse ter um compromisso com a bancada ruralista para que o projeto seja votado com rapidez para evitar que a instabilidade da legislação ambiental prejudique o agronegócio e as políticas de preservação ambiental.

Marco Maia antecipou que formará três comissões especiais em breve. Uma delas analisará projetos de combate a drogas e violência. Outra tratará de políticas contra a pobreza e a terceira examinará propostas que ajudem a evitar catástrofes como as enchentes que assolaram o estado do Rio de Janeiro no início do ano. (Com Agência Câmara)

## Rose de Freitas é primeira titular na Mesa da Câmara

Pela primeira vez uma mulher é eleita como titular de um cargo na Mesa da Câmara. A deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) é, a partir de agora, a 1ª vice-presidente da Câmara, o que, segundo a própria parlamentar, é “uma vitória histórica para todas as mulheres brasileiras”.

– Nós, mulheres, sempre contribuimos em todos os setores profissionais, mas, em regra, somos relegadas a segundo plano quando se trata de ocupar espaços importantes – avaliou Rose de Freitas.

Segundo ela, a sua eleição representa uma mudança de comportamento da sociedade brasileira:

– Começamos a admitir, pouco a pouco, que as mulheres devem ser reconhecidas pela sua competência e dedicação.

### Prioridades

Rose de Freitas afirmou que vai trabalhar, no cargo de 1ª vice-presidente, para impedir que “manobras políticas” atrasem a tramitação de projetos de lei.

– É preciso impor prazos para que relatores e presidentes de comissões coloquem os projetos em votação, independentemente de qualquer interesse em jogo – argumentou.

Ela também defendeu o rodízio de deputados e bancadas nas relatorias de propostas importantes. Segundo a deputada, todos os grupos devem ter espaço na Câmara e os deputados de todos os estados devem ter a chance de atuar nas suas

áreas de militância.

A parlamentar também destacou a necessidade da aprovação de um orçamento público impositivo, para que o Executivo seja obrigado a executar de fato as ações listadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Hoje, os recursos previstos na lei funcionam como um teto de aplicação, mas, em regra, o governo não é obrigado a executar todos os projetos descritos.

– A aprovação do orçamento é um processo democrático que precisa ser respeitado – defendeu.

Professora e jornalista, Rose de Freitas, 62 anos, começou sua carreira política elegendo-se deputada estadual pelo PMDB, em 1982. Quatro anos depois, foi eleita deputada constituinte. Neste ano, inicia o seu sexto mandato na Câmara. Em 1988, a parlamentar ajudou a fundar o PSDB, onde permaneceu até 2003, quando voltou ao seu primeiro partido.



Rose de Freitas exerce o sexto mandato consecutivo na Câmara

## Gleisi propõe regulamentar o teto do funcionalismo público

Recém-empossada como senadora, Gleisi Hoffmann (PT-PR) apresentou ontem um projeto de lei para regulamentar o artigo 37 da Constituição, que trata do teto salarial do funcionalismo. Ela disse que a regulamentação pode evitar, por exemplo, que ex-governadores eleitos para o Senado acumulem a renda de parlamentar com uma aposentadoria especial.

Ao comentar as controvérsias sobre o teto do funcionalismo, a senadora afirmou que sua proposta reconhece “a incapacidade do setor público para implementar políticas eficientes de gestão de pessoas”. Por isso, reiterou ela, o projeto prevê a instituição de regras objetivas “para que não haja excessos”.

Gleisi observou que sua iniciativa se refere à administração pública federal e não interfere em decisões estaduais e municipais. Mas destacou que isso não impede a regulamentação – e a limitação – do teto a ser pago, por exemplo, a deputados federais e senadores.

– No caso do Congresso Nacional, os parlamentares já recebem o teto, que é de R\$ 26,7 mil. Não há justificativa para agregar outras remunerações a esse valor – argumentou.

Gleisi ressaltou que não estão incluídos no teto os valores rece-

bidos em caráter indenizatório, como é o caso da ajuda de custo destinada à mudança de moradia ou à saúde. A senadora também assinalou que a regulamentação do artigo 37 teria mais impacto sobre o Legislativo e o Judiciário, porque, segundo ela, o Executivo “quase que já serenou o assunto”.

### Suplentes

Outro projeto apresentado por Gleisi altera o Regimento Interno do Senado para impedir a posse de suplentes durante os recessos parlamentares (de 23 de dezembro a 1º de fevereiro e de 18 a 31 de julho). Para ela, a posse de suplentes tem de ocorrer quando o Congresso está em atividade.



Segundo Gleisi Hoffmann, seu projeto afeta mais o Legislativo e o Judiciário

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Eleição de suplentes da Mesa

14h30 Reabertura da sessão deliberativa destinada à eleição dos novos suplentes da Mesa do Senado.

### Presidência Farmácia Popular

11h O senador José Sarney participa, no Palácio do Planalto, de cerimônia de anúncio de medicamentos gratuitos para hipertensão e diabetes na rede “Aqui tem Farmácia Popular”. Às 14h30, preside a sessão plenária.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)



Jucá será líder do governo no Senado para o terceiro presidente da República consecutivo

## Dilma mantém Romero Jucá e Vaccarezza como líderes do governo

A presidente Dilma Rousseff indicou o senador Romero Jucá (PMDB-RR) para líder do governo no Senado. A mensagem presidencial com a indicação foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* e deverá ser lida em plenário na primeira sessão da nova Legislatura, hoje, a partir das 14h.

Reeleito em outubro, o senador tomou posse na terça para o terceiro mandato consecutivo. Ele ocupa a liderança do governo desde 2006, quando foi convidado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Jucá também foi líder do governo de Fernando Henrique Cardoso.

O convite a Jucá foi feito por Dilma logo após a posse. Ela também manteve Cândido Vaccarezza (PT-SP) na liderança do governo na Câmara.

## Demóstenes substitui Agripino na liderança do DEM em março

Demóstenes Torres (GO) assumirá a liderança do Democratas no Senado a partir do dia 16 de março, em substituição a José Agripino (RN). O senador, que já foi líder da Minoria, destacou que seu principal papel na liderança será fazer uma "uma oposição saudável" ao governo, "no que entendemos ser bom para o Brasil".

O DEM, segundo ele, tem como pauta lutar contra o retorno da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF); para que a política fiscal e as leis penais sejam mais rigorosas; pela implantação do orçamento impositivo; e por reformas política e tributária que atendam aos interesses do país.

Reeleito em outubro para o segundo mandato como senador, Demóstenes Torres presidiu a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – considerada a mais importante do Senado nos dois últimos anos, com um recorde de projetos discutidos e aprovados.

Demóstenes informou ainda que vai continuar na CCJ como suplente, deixando a vaga de titular para a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), já que o DEM terá somente direito a uma vaga na comissão.



Demóstenes anuncia prioridades do partido para o ano e diz que será suplente na CCJ

Ministro do STJ, Luiz Fux foi indicado pela presidente da República, Dilma Rousseff, para a vaga de Eros Grau no Supremo Tribunal Federal e tem como uma de suas missões desempatar votação sobre Lei da Ficha Limpa

# CCJ pode examinar na quarta-feira indicação de Luiz Fux para o STF

A MENSAGEM PRESIDENCIAL com a indicação do nome do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux para o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá ser analisada na primeira reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na próxima quarta-feira. Luiz Fux deverá assumir vaga decorrente da aposentadoria do ministro Eros Grau.

Em 2010, Fux presidiu a comissão de juristas instituída pelo presidente José Sarney para propor ao Congresso anteprojeto de reforma do Código de Processo Civil (CPC). A ideia foi a de tornar a Justiça mais célere, reduzindo o número e o prazo de recursos, que acabam atrasando o trâmite dos processos. O projeto do novo CPC (PLS 166/10) foi votado pelo Plenário no dia 15 de dezembro e encaminhado à Câmara dos Deputados.

A mensagem presidencial deverá ser lida hoje, na primeira sessão plenária do Senado, e, em seguida, encaminhada à CCJ, responsável por sabatar e votar a indicação de Fux.

Antes disso, a CCJ elegerá os novos presidente e vice-presidente para os próximos dois anos. No biênio 2009/2011, o presidente da CCJ foi o senador Demóstenes Torres (DEM-GO). Indicado pelo PMDB, o senador recém-empossado Eunício Oliveira (CE) deverá ser eleito o



Luiz Fux (ao lado do senador Pedro Simon) coordenou a comissão de juristas que propôs o novo CPC

novo presidente da CCJ. A sabatina do indicado para a 11ª primeira vaga de ministro do Supremo deverá ficar para a quarta-feira da próxima semana.

## Ficha Limpa

O futuro ministro do STF terá como missão desempatar a votação relativa à validade ou não da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10) para as eleições de outubro último. Onze ministros integram o STF, mas, com a falta de um magistrado e o empate de 5 a 5 em votações anteriores, o Supremo decidiu manter a validade da norma por enquanto, com

base em decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nascido em 1953, no Rio de Janeiro, Luiz Fux formou-se em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1976. Exerceu a advocacia por dois anos e, em 1979, passou em primeiro lugar no concurso para promotor de Justiça do Rio de Janeiro, atuando na função por três anos. Em 1983, tornou-se juiz do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, sendo promovido a desembargador em 1997. Professor de Direito Civil na UERJ, publicou 20 livros. Em 2001, foi nomeado para o STJ pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

## Eunício Oliveira prevê pauta cheia e debates importantes

"A prioridade do meu mandato é trabalhar", disse Eunício Oliveira (PMDB-CE). O senador previu que a Casa funcionará com pauta cheia nesta sessão legislativa. Ele defendeu a necessidade de serem debatidos temas como as reformas política e tributária e a geração de empregos. Em sua avaliação, o Congresso "está devendo há algum tempo" a aprovação da reforma política.

– E temos que aprovar também uma reforma tributária para que, em um momento de crise ou de dificuldade, o país não tenha que fazê-lo de afogadilho ou de emergência. A questão da desoneração da folha de pagamento, para que as empresas tenham condições



Senador promete trabalhar pela solução do problema de distribuição de água no Ceará

de gerar mais emprego e renda, é outro assunto que precisa ser resolvido o mais

rapidamente possível – afirmou.

Eunício Oliveira disse ainda que pretende trabalhar para cumprir os compromissos que assumiu durante a campanha eleitoral. Ele citou como exemplo a solução para o problema de distribuição de água no Ceará. O senador considerou "inadmissível que, em pleno século 21, ainda existam moradores do semiárido que precisem abastecer suas casas com latas de água nos períodos de seca". Eunício defendeu a criação de um programa para a água nos moldes do Luz para Todos. "Até o final deste ano, nenhuma casa do Ceará precisará acabar com a escuridão usando velas ou lamparinas", disse.

## Mesmo com nomes definidos, votação de suplentes da Mesa fica para hoje

O presidente do Senado, José Sarney, marcou para as 14h30 de hoje a continuação da reunião preparatória em que serão escolhidos os nomes dos quatro suplentes da Mesa. A reunião foi iniciada na noite de ontem, mas acabou suspensa, apesar de os líderes partidários terem feito suas indicações.

Sarney preferiu adiar a votação depois de ouvir ponderações de senadores como Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Lindbergh Farias (PT-RJ), que pediram mais tempo para a negociação também das indicações para as presidências das comissões permanentes do Senado, em relação às quais ainda não havia consenso.

Para as suplências da Mesa, o DEM indicou a senadora Maria

do Carmo Alves (SE); o PT, a senadora do PCdoB Vanessa Grazziotin (AM); o PDT, o senador João Durval (BA); e o PMDB, o senador Gilvam Borges (AP).

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), chegou a ponderar que, como os indicados para as suplências já estavam definidos, a votação poderia acontecer. Sarney, no entanto, preferiu adiá-la, com a concordância dos demais líderes.



Líderes pediram mais tempo para tratar das presidências das comissões

## Líder do PT admite que disputa pelas comissões voltou "à estaca zero"

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), informou que a disputa entre os partidos pelas comissões permanentes "voltou à estaca zero". De acordo com o parlamentar, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) está sendo cobijada por PT, PMDB e PSDB.

Humberto Costa reconhece que a CI é importante porque a infraestrutura, juntamente com a questão tributária, está entre as duas prioridades governamentais.

No ano retrasado, no entanto, a CI foi a instância utilizada pelos opositores para convocar autoridades governamentais quando essas se recusaram a comparecer a convites feitos por CPLs em funcionamento no Senado.

Outra comissão que também está aumentando a temperatura das discussões é a de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Inicialmente, os líderes haviam proposto sua cessão ao DEM, porém o PDT não abre mão do colegiado.

## Presidente quer fortalecer os serviços básicos para população

A presidente Dilma Rousseff enfatizou, em seu discurso, a determinação de erradicar a miséria no país. Também manifestou intenção de fortalecer os serviços básicos para a população – como saúde, educação e segurança – e pediu apoio para realizar as reformas políticas e tributária.

Por várias vezes, Dilma ressaltou a importância da parceria com o Congresso Nacional e com governos estaduais e municipais, para alcançar os objetivos mencionados. E convidou parlamentares, governadores e prefeitos para a tarefa.

– Uma parceria sólida que acabe com a miséria, que amplie e melhore o acesso à saúde e educação, que garanta a segurança e que proporcione às brasileiras e aos brasileiros oportunidades reais de crescimento social – afirmou.

Dilma informou ao Congresso a quantidade de recursos que pretende investir na saúde e na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Para cumprir a promessa de campanha de instalar 500 unidades de pronto atendimento (UPAs) em todo o Brasil, a presidente informou que serão investidos R\$ 2,6 bilhões.

A presidente disse também que serão investidos outros

R\$ 5,5 bilhões para a construção de 8 mil unidades básicas de saúde (UBSs). Elas reforçarão a oferta de atenção básica integral à população.

Ainda na saúde, Dilma afirmou que a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) “terá primazia” em seu mandato. Prometeu que o SUS terá “financiamento adequado e estável”, “melhores instrumentos de diagnóstico e tratamento” e “medicamentos acessíveis a todos”.

A presidente disse também que, para o programa Minha Casa, Minha Vida, está prevista a construção de 2 milhões de novas habitações, com investimento de R\$ 278,2 bilhões.

### Salário mínimo

Dilma disse que a manutenção de uma política macroeconômica compatível com o equilíbrio fiscal, o controle da inflação e o rigor no uso do dinheiro público serão pilares fundamentais.

Ela adiantou que encaminhará ao Congresso Nacional um projeto para uma política de longo prazo para valorização do salário mínimo.

– A manutenção de regras estáveis que permitam ao salário mínimo recuperar seu poder de compra é um pacto deste governo com os trabalhadores – afirmou.

# Dilma fala em parceria contra a miséria

O Congresso Nacional abriu ontem sua 54ª legislatura, em sessão solene com a presença da presidente Dilma Rousseff e dos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski. Esteve à frente da sessão o presidente do Congresso e do Senado, José Sarney. Presidente da Câmara, o deputado Marco Maia também compôs a Mesa.

Dilma Rousseff falou em “parceria com o Congresso” para acabar com a miséria no país e voltou a defender reformas nas áreas política e tributária. Em seu discurso, a presidente da República informou que enviará ao Congresso uma proposta de aumento real do salário mínimo a longo prazo, como ocorreu nos últimos anos, quando seu valor foi reajustado pela inflação passada, acrescido do mesmo

percentual de crescimento da economia dois anos antes. O senador José Sarney propôs em seu discurso o fim do voto proporcional para deputados, a seu ver “responsável pela desintegração dos partidos” e impeditivo para “a formação de homens públicos, programas e ideias”. O atual sistema permite que um candidato muito popular, e que receba grande votação, leve para a Câmara candi-

dados de seu partido pouco votados. A Dilma, José Sarney lembrou que as medidas provisórias se transformaram em uma “armadilha que perturba o funcionamento das instituições”. Para ele, é preciso fixar um sistema em que o alcance das medidas provisórias seja reduzido. Ao mesmo tempo, o Congresso devolveria ao Executivo atribuições administrativas que deveriam ser de sua competência exclusiva.



Janice Perinotto/STF



Acordo teria como objetivo aprimorar ordem jurídica, diz o presidente do STF

## Cezar Peluso propõe assinatura do 3º pacto republicano

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, propôs aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a assinatura do 3º pacto republicano. O ministro já havia feito proposta semelhante à presidente Dilma Rousseff na abertura do ano judiciário.

Segundo Peluso, o 3º pacto republicano teria como objetivos continuar o processo de aprimoramento da ordem jurídica e consolidar a modernização da máquina judiciária. Ele antecipou que alguns temas já começam a ser tratados, como a modificação da natureza dos recursos extraordinários, visando reduzir a duração das causas judiciais e restaurar a credibilidade da Justiça.

A primeira edição do pacto, lembrou o presidente do STF, ocorreu depois da promulgação da Emenda Constitucional 45 e teve como objetivo “a construção de um Judiciário mais rápido e mais sensível às demandas da cidadania”. Já no 2º pacto, o

Congresso aprovou, em 2010, a Lei 12.322, que alterou a disciplina de recurso de agravo no Código de Processo Civil.

Peluso propôs ainda a criação no Brasil de uma universidade multidisciplinar que tenha como finalidade a segurança pública e o desenvolvimento social. A futura instituição, que poderia ser fundada com apoio de organismos internacionais, disse ele, buscaria gerar reflexão acadêmica sobre o combate à criminalidade e à pobreza.

– O desenvolvimento virtuoso depende de instituições jurídicas estáveis, rápidas e eficazes. Não devemos temer o desafio de, no interesse da cidadania, aprofundar e solidificar o processo de modernização do Judiciário e de aperfeiçoamento da ordem jurídica. Tenho a certeza de que o diálogo permanente e a cooperação resolvida, institucionalizadas, entre os Poderes, no 3º pacto republicano, constituirão instrumento decisivo para o esforço comum de construção do futuro – defendeu.

## Ministro do TSE pede esforço para mudar legislação eleitoral

O ministro Ricardo Lewandowski, presidente do TSE, recomendou ontem aos parlamentares o esforço pelo aperfeiçoamento da legislação eleitoral, já iniciado. Em sua opinião, trata-se “do momento histórico exato para o início dessa reflexão”.

– É o momento de nossas instituições republicanas, oportunamente renovadas pela Constituição de 88, alcançarem sua plena maturidade e lutarem pela implantação definitiva da democracia no Brasil – disse o presidente do TSE.

Lewandowski prestou

contas ao Parlamento acerca do trabalho realizado por aquela corte nas eleições de 2010. Apresentou números – que, segundo informou, serão enviados ao Congresso oportunamente – e destacou a eficiência, a segurança e o planejamento de todo o processo, que garantiram, a seu ver, que o pleito ocorresse num clima de “festa cívica e contentamento popular”.

O ministro apontou ainda o esforço empenhado pelo TSE para ampliar a transparência do processo eleitoral, inclusive com campanha educativa no rádio e na TV no ano passado.



Lewandowski, presidente do TSE: “Momento histórico exato para início de reflexão”

## Sarney defende urgência para reforma eleitoral

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou na abertura da 54ª legislatura do Congresso que é preciso encontrar fórmulas de legitimação permanente da representatividade e realizar, com urgência, uma reforma eleitoral.

– Não podemos protelar a reforma do sistema eleitoral, com o fim do voto proporcional, que é responsável pela desintegração dos partidos, que impede a formação de homens públicos, programas e ideias – disse.

As reformas política e eleitoral são urgentes, entre outros fatores, para evitar a judicialização da política, observou. Segundo Sarney, a confusão e a ineficiência dos sistemas político e eleitoral levam ao recurso aos tribunais, o que não é bom para a Justiça nem para a democracia. Ele mencionou ainda a necessidade de modificar o rito das medidas provisórias, que permitem que o Executivo legisle sobre temas que não lhe cabem.

– Enfrentemos as reformas: política, eleitoral, tributária.

Vamos concluir a reforma judiciária e tomar as medidas que ajudem a erradicar a pobreza e a miséria – conclamou.

Ao mencionar sua reeleição para a Presidência do Senado, José Sarney citou a responsabilidade de levar o Legislativo a buscar formas permanentes de legitimação política ante as novas tecnologias de informação e a opinião pública em tempo real.

– Vivemos não num mundo em transformação, mas transformado. Ou nos integramos a ele ou seremos destruídos – salientou.

O presidente do Senado assinalou que o Congresso precisa trabalhar com plena independência, mas em harmonia com os outros Poderes. É necessário, afirmou, que os congressistas sejam intransigentes e inarredáveis na defesa das prerrogativas e da autonomia do Parlamento.

À presidente da República, Dilma Rousseff, José Sarney disse que sua presença no Congresso demonstra consideração e desejo de prestigiar

o Parlamento. Ele apontou a experiência política e administrativa da presidente, além de sua dedicação à causa pública. – O Congresso Nacional prestará sua colaboração, preservada a sua independência, mas na harmonia dos Poderes, para as medidas legislativas necessárias ao trabalho do Poder Executivo e à busca constante da justiça e do bem-estar social – declarou.

### Marco Maia

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, alinhou-se à presidente da República, Dilma Rousseff, e afirmou que as prioridades nos próximos dois anos serão as reformas política e tributária.

De acordo com Marco Maia, outros dois temas discutidos no Congresso coincidem com o discurso de Dilma e também são prioridades: o combate à pobreza absoluta e às drogas, especialmente o crack. De forma autônoma e independente, o Congresso produzirá uma “agenda positiva para o país”, assegurou.

Acompanhado pelo deputado Marco Maia, o presidente do Senado e do Congresso, José Sarney (D), recebe a presidente da República, Dilma Rousseff, para a abertura dos trabalhos legislativos

Paulo Cinquentim/STF



Sarney passa a tropa em revista, na área externa do Congresso, durante cerimônia que deu início às atividades do Parlamento

## Cerimônia marca abertura dos trabalhos da 54ª legislatura

O Congresso realizou ontem a solenidade de abertura e instalação dos trabalhos da atual legislatura. Além dos parlamentares, participaram da cerimônia a presidente da República, Dilma Rousseff, o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, e o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Luiz Sérgio Oliveira. Os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, também estiveram presentes na cerimônia.

A primeira sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura do Poder Legislativo foi iniciada por volta das 15h, com cerimônia na área externa do Congresso Nacional.

No gramado, já estavam dispostas a Guarda de Honra da Bandeira Nacional e a Banda do 1º Regimento de Cavalarias de Guardas, que executou o Hino Nacional na presença dos presidentes do Senado Federal, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Marco Maia. Quatro canhões foram usados pelo 32º Grupo de Artilharia de Campanha (Bateria Caiena) para a Salva de Gala de 21 tiros.

Sarney e Marco Maia subiram juntos a rampa do Congresso. Bandeiras do Brasil e do Mercosul foram então hasteadas nos mastros em frente à Câmara e ao Senado, simbolizando que as Casas já estavam oficialmente em atividade.

Depois foi a vez de Dilma Rousseff subir a rampa do Congresso, acompanhada de Palocci e de Luiz Sérgio Oliveira.

### Harmonia

Ao final da rampa, Sarney e Marco Maia receberam a presidente, ladeados por dezenas de parlamentares e líderes partidários. Todos seguiram para o Plenário da Câmara para os discursos de instalação da 54ª legislatura. Dilma, Sarney, Marco Maia, Lewandowski e Peluso foram algumas das

autoridades que discursaram em Plenário.

Ainda na área externa do Congresso, Lewandowski, que além de presidir o TSE também é ministro do STF, disse à imprensa que a presença de chefes dos tribunais superiores e da presidente da República demonstra a importância “da harmonia que deve prevalecer entre os Poderes da República”.

### Indicação

Sobre a indicação presidencial do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux para ocupar a vaga deixada por Eros Grau no STF, Lewandowski disse que o futuro colega é “extremamente preparado para o posto e contribuirá para o engrandecimento do tribunal”.

Lewandowski também informou que pela primeira vez o presidente do TSE foi convidado para discursar na cerimônia de abertura dos trabalhos legislativos, e que o convite partiu de Sarney, como forma de homenagear a Justiça Eleitoral brasileira.

Também Cezar Peluso disse que o nome de Fux “foi uma excelente indicação” por tratar-se de um juiz de carreira “com bastante experiência e que será recebido de braços abertos”. Peluso adiantou à imprensa que iria pedir que o Senado agilize a sabatina de Luiz Fux, para que o magistrado seja empossado o mais rápido possível.

### Battisti

Durante a cerimônia na parte externa do Congresso, cerca de cem manifestantes se posicionaram com faixas e cartazes na pista próxima à cúpula do prédio do Senado e, com gritos e palavras de ordem, pediram às autoridades presentes a libertação imediata do ex-ativista italiano Cesare Battisti, que está preso em Brasília e tem sua extradição solicitada pelo governo da Itália.

## Viana: Senado deve adotar agenda positiva

Colaborar para que a agenda do Senado deixe de ser negativa e passe a refletir os interesses da população brasileira. Essa é a primeira tarefa a qual o senador Jorge Viana (PT-AC) pretende abraçar nesse começo de legislatura. Ele opinou que a Casa "tem que se livrar definitivamente" dos fatos que mancharam sua imagem nos últimos anos.

– Para que essa agenda seja positiva, ela tem que ser do interesse do povo. O Brasil é um país que está crescendo e que tem um governo novo. Sinceramente, espero que possamos acertar nessa agenda, trazer pra cá os temas de interesse da população ao estabelecer as prioridades do Senado – afirmou Jorge Viana.

O senador pelo Acre acrescentou que, de uma forma mais específica, trabalhará pela defesa da Amazônia e pela implantação de um plano de desenvolvimento sustentável para a região. Como membro do Partido dos Trabalhadores, ele também apoiará o governo de Tião Viana, seu irmão, no Acre, e o da presidente Dilma Rousseff.

– Vamos atuar para as ações iniciadas pelo presidente Lula tenham sequência no governo Dilma – completou.



É preciso debater temas de interesse do povo, alerta Viana

# Senadores apoiam esforço para se aprovar logo a reforma política

No primeiro dia da nova legislatura, os senadores já começaram a se posicionar sobre a decisão do presidente do Senado, José Sarney, de dar prioridade, em seu novo mandato no comando do Congresso

Nacional, à aprovação de uma reforma política. Sarney deu a declaração logo após ser reeleito para o cargo, na terça-feira. O senador Jayme Campos acha essencial a adoção do voto distrital e do financiamento público das

campanhas. Para Marinor Brito, referendos e plebiscitos devem ser usados com mais frequência na democracia brasileira. João Durval considera importante reduzir o número de partidos políticos existentes.



Senador acha que maioria dos partidos políticos age como verdadeiros "balcões de negócios"

## Jayme Campos defende adoção do voto distrital e do financiamento público

O senador Jayme Campos (DEM-MT) disse ontem que as mudanças nas regras eleitorais têm que ser uma das prioridades do Senado para este ano.

– Acho que todos nós aqui estamos determinados a fazer um trabalho que possa orgulhar toda população brasileira – disse. Para ele, a maioria dos partidos age como verdadeiros "balcões de negócios". Para mudar essa realidade, Jayme Campos defende que a reforma contemple o voto distrital e o financiamento público de campanha.

– Existem partidos que são praticamente capitães hereditários. Eu sou contra o voto fechado, a lista fechada, tendo em vista que isso privilegia quem comanda os partidos nos estados – assinalou.

O senador considera também que o Brasil, por ser um país que possui uma das maiores cargas tributárias do planeta, precisa aprovar o quanto antes uma reforma nessa área.

## Código Florestal

Outro ponto que precisa ser resolvido com urgência pelo Congresso Nacional, na opinião do senador, é a reforma do Código Florestal. Segundo o parlamentar, que apoia o texto proposto pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), relator na comissão especial da Câmara, o código atual prejudica os produtores rurais.

– Precisamos ter regras claras para que o produtor rural do país tenha segurança e saiba o que ele pode e o que não pode. Defendemos o desenvolvimento sustentável, buscando a preservação, mas nunca perdendo de vista o homem que é quem produz e quem constrói a grandeza do Brasil – afirmou.

## Marinor quer fortalecer Legislativo e usar mais referendos e plebiscitos

Trabalhar pela aprovação de uma reforma política que priorize os interesses da sociedade será o foco principal do mandato da senadora Marinor Brito (PSOL-PA). Ela destacou que também atuará na defesa de proposições que fortaleçam a independência do Poder Legislativo, como a transformação do Orçamento aprovado pelo Congresso em impositivo.

A reforma política defendida por Marinor deverá contemplar o financiamento público e exclusivo de campanha e a utilização de referendos e plebiscitos para assuntos estratégicos para o país e de alta relevância social. Outro ponto considerado fundamental pela senadora é a possibilidade de o eleitor revogar os mandatos dos seus representantes.

Vereadora em Belém por três mandatos consecutivos, Marinor Brito é formada em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física do Pará. Professora da rede pública de ensino, ela destacou-se na luta dos trabalhadores em educação e de outros segmentos do serviço público. Ela presidiu a CPI da Prostituição Infantil da Câmara Municipal de Belém.



Marinor anuncia que, em seu mandato, dará prioridade à aprovação da reforma política



João Durval: "Tem muita coisa para mudar, quase tudo para ser consertado" no sistema político

## João Durval propõe redução do número de partidos para 6 ou 7

"Tem muita coisa pra mudar, quase tudo para ser consertado" no sistema político brasileiro, afirmou ontem o senador João Durval (PDT-BA). Ele também disse que dará prioridade nesta legislatura que se inicia à realização da reforma política.

Na avaliação do senador, uma das principais alterações a ser feita é a redução do número de partidos. João Durval reclamou que vários partidos foram fundados com o objetivo gerar dinheiro, de sustentar seu "dono".

Ele observou que essas agremiações foram criadas para negociar legendas e tempo na propaganda gratuita no rádio e na televisão. Para João Durval, a reforma poderia enxugar o número de partidos para seis ou sete.

Uma reforma tributária que beneficie sobretudo os municípios será outro item da pauta de prioridades do senador João Durval. Ele destacou que a queda na arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) praticamente quebrou muitos municípios. Citou como exemplo a situação de Salvador, governada por seu filho, João Henrique Carneiro.

– Ele vem fazendo uma boa administração, mas, mesmo assim, tem encontrado sérios obstáculos – explicou João Durval.

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cícero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Nomes ainda não definidos

Diretor-geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvío Burle  
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920



Genildo Magalhães/Senado Federal

Para o ministro e senador licenciado, Dilma não tem planos para reforma

## Garibaldi: reforma da previdência não está nos planos

A presidente Dilma Rousseff descarta, neste momento, qualquer compromisso de realização de uma ampla reforma da previdência, disse o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, durante a posse dos senadores eleitos em 2010.

Apesar disso, Garibaldi Filho – reeleito senador pelo Rio Grande do Norte e licenciado – disse que vai analisar pessoalmente os projetos de lei sobre questões previdenciárias em tramitação no Congresso.

– Já entramos em entendimento com o senador Romero Jucá [mantido líder do governo no Senado] no sentido de tornar mais rápida a tramitação de projetos sobre a expansão de serviços previdenciários – acrescentou.

Garibaldi Filho também disse esperar que sua experiência parlamentar e sua ligação com o Congresso possam contribuir para uma melhor articulação entre o Executivo e o Legislativo. Ele também afirmou que, apesar de agora estar no Executivo, mantém a convicção de que é necessário um maior controle na edição de medidas provisórias pelo governo federal.

– Como ministro, vou procurar restringir ao máximo as medidas provisórias. Agora, é preciso haver reciprocidade do Congresso. Às vezes, o Legislativo demora tanto a votar alguns projetos que acaba dando margem à edição de MPs pelo governo – comentou.

### Superávit

De acordo com o site da Previdência Social, o setor fechou dezembro de 2010 com um superávit no setor urbano de R\$ 9,2 bilhões – o décimo consecutivo. Esse resultado favorável é fruto da diferença entre receitas de R\$ 30 bilhões e despesas de R\$ 20,8 bilhões com o pagamento de 28,1 milhões de benefícios naquele mês.

Em 2010, os benefícios vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) teriam representado 7% do produto interno bruto (PIB). Como a arrecadação líquida do setor correspondeu a 5,8% do PIB, o governo teve de financiar o equivalente a 1,2% desse indicador para cobrir o total de despesas. De qualquer modo, o site registra ter sido esse o menor percentual de comprometimento do PIB com a cobertura de benefícios previdenciários nos últimos anos.

Cristovam Buarque afirma que, para erradicar o trabalho escravo no país, é necessário punir os que utilizam esse tipo de mão de obra. Ele defende a aprovação da PEC que prevê expropriação de terras onde for constatada a prática

# Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo se encerra hoje

CONSCIANTIZAR OS BRASILEIROS de que no país ainda é utilizada mão de obra forçada é o objetivo da Segunda Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que será encerrada hoje, no Senado. Iniciado em 27 de janeiro, o evento contou com audiências públicas em diversos estados.

A reunião contará com palestra do subprocurador-geral do Trabalho Luís Antônio Camargo, sobre a PEC do Trabalho Escravo, que prevê a expropriação de terra onde for constatada a exploração de trabalho análogo ao escravo. Já o representante da organização não governamental Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, traçará um panorama do trabalho escravo no Brasil.

Por sua vez, o representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Luiz Machado, fará um balanço do combate a essa prática no Brasil.

A ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, foi convidada para o evento, que é promovido pela Frente Parlamentar Mista e pela Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Os debates ocorrem a partir das 9h30, na Sala 2 da Ala Nilo Coelho.

O vice-presidente da frente parlamentar, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), explicou que “o principal papel da Semana de Combate ao Trabalho Escravo é

de despertar a população e dizer que o problema existe e que não é possível continuar.

– Temos escravos ainda hoje, o que é uma tragédia nacional do ponto de vista ético.

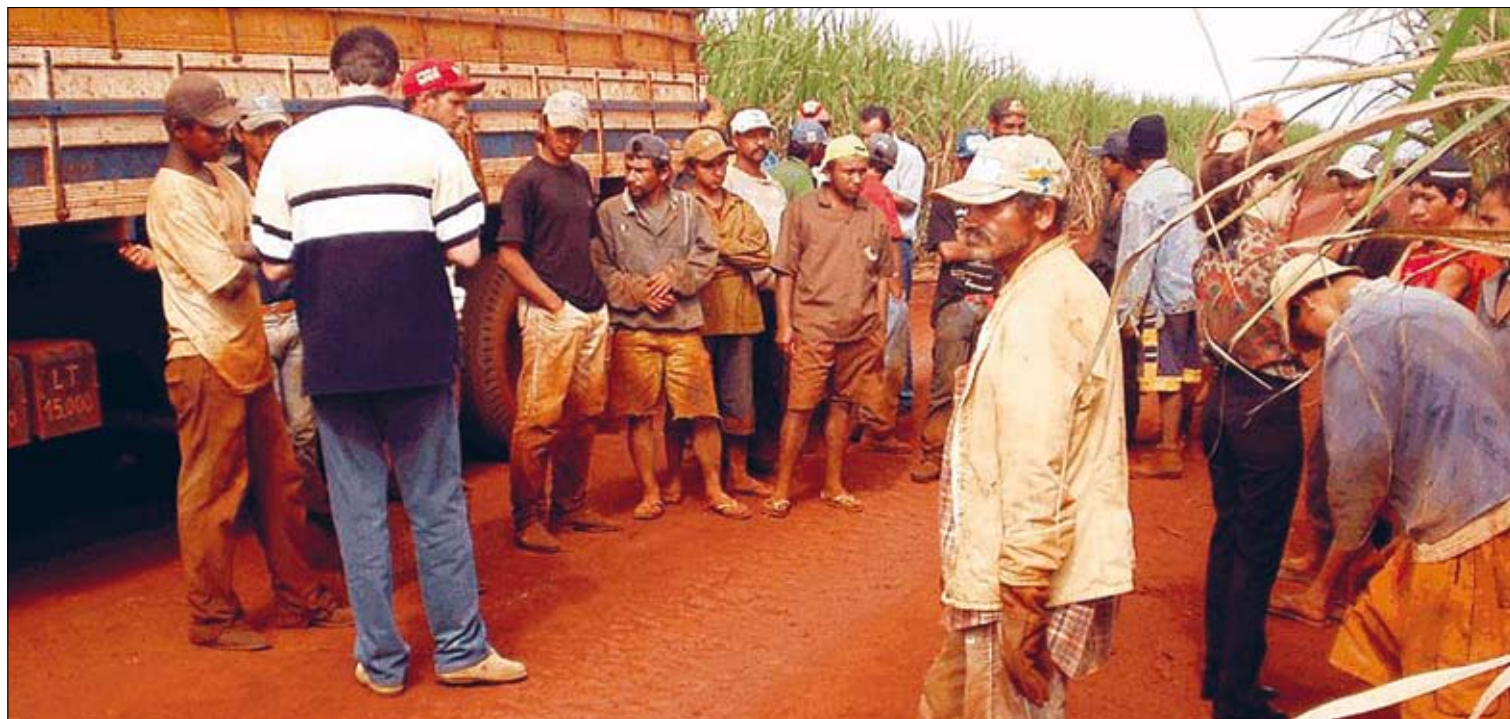
Para erradicar o trabalho escravo no país, segundo o senador, é necessário adotar medidas punitivas a empregadores que utilizam esse tipo de mão de obra.

Cristovam defendeu a aprovação da PEC do Trabalho Escravo – como ficou conhecida a Proposta de Emenda à Constituição 438/01 –, que aguarda deliberação do Congresso Nacional. Na opinião de Cristovam, a proposta ainda não foi aprovada em razão do lobby feito por

produtores rurais.

– Vamos continuar a luta com medidas que acabem com o problema, como a PEC do Trabalho Escravo. Não é possível existir fazendas onde há trabalho escravo. Não podemos deixar o escravocrata dos tempos de hoje ser dono da terra – destacou o senador, ao afirmar que as comissões vão continuar atuando até resolver o problema.

A proposta (PEC 57/99) já foi aprovada no Senado e encaminhada à Câmara dos Deputados no final de 2001. Naquela Casa, a proposição espera votação em segundo turno. A iniciativa recebeu apoio na forma de abaixo-assinado com mais de 168 mil adesões.



ASCOM/MPF

Evento busca conscientizar cidadãos de que no país ainda há condições degradantes de trabalho, como a constatada em 2004, na fazenda Pauliceia, em Mato Grosso do Sul

## Luiz Henrique promete trabalhar por descentralização política

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) declarou que a prioridade do seu mandato será trabalhar pela descentralização do Brasil. Ele ressaltou que, quando governador de Santa Catarina (no período de 2003 a 2010), o estado deu um salto de desenvolvimento principalmente pelo processo de descentralização promovido em seu governo.

– Em oito anos, a economia duplicou, a arrecadação triplicou e o comércio exterior também triplicou. Isso criou uma tal energia e uma tal sinergia que contagiou todo o estado. Se nós descentralizarmos o Brasil, se fizermos uma nova pactua-

ção dos recursos arrecadados através dos tributos, veremos uma nova realidade nesse país – afirmou.

Além de descentralizar os recursos, a proposta de Luiz Henrique passa pela descentralização das ações. No governo de Santa Catarina, ele disse ter descentralizado as ações depois de constatar que o interior do estado estava ficando esvaziado em virtude de as famílias procurarem o litoral. Foi criada uma secretaria e um conselho de desenvolvimento regional em cada uma das 36 microrregiões.

– Dessa forma, levamos o governo do estado para mais perto do cidadão – afirmou.



Divulgação/Componento Luiz Henrique

Luiz Henrique diz que Santa Catarina ganhou com descentralização promovida em seu governo

## João Ribeiro anuncia luta por mais verbas para prefeituras

O elenco de prioridades assumidas pelo senador João Ribeiro (PR-TO) para esta legislatura inclui a discussão de um novo pacto federativo. Por entender que as prefeituras estão quebradas, vivendo uma situação de “miséria total” – sobretudo no Norte e Nordeste do país –, ele propõe que a arrecadação brasileira seja redistribuída da seguinte forma: 40% para os municípios, 30% para os estados e 30% para a União.

Outro assunto que o senador pretende privilegiar em seu mandato é o desenvolvimento de um programa de combate às drogas, sobretudo ao crack. Ele elogiou a presidente Dilma

Rousseff por ter incluído entre suas propostas de governo o combate às drogas e também por ela ter reiterado esse compromisso em pronunciamento logo após ser empossada na Presidência da República.

– Também temos que realizar urgentemente a reforma política, aprovando temas como o financiamento público de campanha. Sobretudo, não podemos deixar de assumir a responsabilidade de aprovar uma legislação eleitoral. Não fazendo isso nós, parlamentares, ficamos até sem o direito de reclamar quando a Justiça Eleitoral promove alterações no que está em vigor – comentou João Ribeiro.



José Luiz/Senado Federal

João Ribeiro defende novo pacto federativo e a redistribuição mais equitativa da arrecadação tributária

*Mais*

**DEMOCRACIA**

*Mais*

**CULTURA**

*Mais*

**BRASIL**

SECS | SUPRES - Criação e Marketing

A TV Senado, primeira televisão legislativa brasileira, foi criada em fevereiro de 1996 com o objetivo de tornar mais transparentes as atividades do Senado. Nesses quinze anos, ampliou a sua cobertura e hoje atua não apenas nos trabalhos legislativos, mas também na produção de conteúdos de variado interesse nacional.

É por isso que a TV Senado é mais.

**TV Senado 15 Anos. Mais democracia, mais cultura, mais Brasil.**

**15**  
tvsenado